

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0002662-29.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
Requerente: **Claudete Gomes da Silva**  
Requerido: **Rosangela Maria Faggian**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

A autora sustentou que saía do estacionamento do Supermercado Jaú Serve com seu automóvel, parando para aguardar o fluxo de veículos que passavam pelo local; acrescentou que em dado momento um outro automóvel trafegava pela via pública, parou e efetuou manobra de marcha à ré, abalroando o seu.

Em contraposição, a ré atribuiu à autora a responsabilidade pelo evento ao sair do referido estacionamento sem a devida cautela e com isso atingir o seu automóvel, o qual estava parado na via porque um terceiro fazia à sua frente manobra para estacionar.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A testemunha Maria Aparecida dos Santos prestigiou a versão da autora.

Esclareceu que estava em seu automóvel e que ele, saindo do estacionamento de um supermercado, ficou com parte na calçada e parte dentro do estacionamento; disse também que outro motorista passou à sua frente e em seguida encetou marcha à ré, colidindo contra o veículo da autora.

Já José Tadeu Faggian e Ana Rita de Oliveira Seixas respaldaram a explicação da ré.

Salientaram que o automóvel da ré estava parado na via pública porque um à sua frente fazia baliza, quanto foi colhido pelo da autora que saía do estacionamento do supermercado ali existente.

É relevante notar que Maria Aparecida se declarou "comadre" da autora, ao passo que José Tadeu é irmão da ré.

Ana Rita, por fim, deixou claro que não conhecia nenhum dos envolvidos no acidente, presenciando-o porque na condição de funcionária do supermercado estava trabalhando e de onde se encontrava o viu acontecer.

As tentativas para obtenção de imagens de câmeras que tivessem flagrado o momento do embate foram infrutíferas.

O quadro delineado denota que existe ao menos dúvida consistente para saber como se desenvolveu a dinâmica fática do acidente noticiado.

Isso porque as palavras de cada uma das partes foram confirmadas por testemunhas que mantinham ligação com as mesmas, exceção feita a Ana Rita de Oliveira Seixas que patenteou a culpa da autora (vale registrar que nada foi suscitado contra ela para lançar dúvida quanto ao que afirmou em Juízo).

Nem se diga que as fotografias de fls. 31/32 por si sós dirimiriam a incerteza, pois os danos que elas ostentam poderiam ter sido produzidos na esteira do relato exordial e igualmente se admitido o da peça de resistência.

Em suma, não havendo lastro consistente para definir a ré como causadora do episódio, a rejeição da pretensão inicial impõe-se.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 30 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**